

Sumário

Número de notícias: 20 | Número de veículos: 15

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
SERVIDOR PÚBLICO

O sequestro do Orçamento (Editorial) 3

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A regulamentação de criptomoedas para pagamento de trabalhadores (Artigo)..... 4

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Contrato de Moro com firma dos EUA pode gerar questionamento da Receita..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Justiça obriga Receita a calcular crédito de PIS /Cofins..... 7

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Gomes não vê espaço para grandes reformas em 2022..... 8

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
SEGURIDADE SOCIAL

Blindagem de emendas consolida hegemonia do centrão sobre Orçamento..... 9

FOLHA ONLINE - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Aposentado do INSS pode entrar na lista de precatórios até abril (PEC dos Precatórios)
..... 11

CORREIO DA MANHÃ - RJ - ECONOMIA
ANFIP

Vantagens tributárias resistem à corte..... 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Congresso retorna no compasso da eleição..... 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Desafio para autonomia do BC..... 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Brasil perde bonde da grande mudança no trabalho trazida pela pandemia..... 18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

AL não tem agenda para crescimento, diz Citi..... 21

O POPULAR - GO - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Movimento tenta barrar legalização de jogos de azar..... 22

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Governo de olho em questões espinhosas..... 24

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Analistas veem alta mais forte de juros	26
CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO ECONOMIA	
O fôlego da "besta" (Editorial)	29
FOLHA DE S. PAULO - SP - MUNDO ECONOMIA	
Passaporte de vacinação é adotado por vários países	30
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Brasil piora mais do que o mundo (Editorial)	32
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Vale, Petrobras e bancos puxam interesse de investidores	33
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Inflação sobre rodas	34

O sequestro do Orçamento (Editorial)

A sanção do Orçamento deste ano reforçou a necessidade de uma reforma que garanta ao Executivo um mínimo de controle sobre o destino do dinheiro público oriundo dos **impostos** pagos pela sociedade. As despesas obrigatórias, que incluem gastos com **servidores públicos** e benefícios previdenciários e sociais, representaram mais de 93% dos dispêndios de 2021, segundo o Tesouro Nacional, ante 85% em 2008. A margem de gastos discricionários, cuja escolha deveria caber ao governo, cai ano a ano e tem sido cada vez mais consumida pelo apetite voraz dos parlamentares por meio de emendas, tudo com a animada cumplicidade de Jair Bolsonaro.

O sequestro do Orçamento não é um fenômeno exatamente novo. Tudo começou em 2013, ainda na gestão Dilma Rousseff, quando o Senado aprovou uma proposta que tornou impositiva a execução das emendas parlamentares individuais em um momento de crescente desgaste nas relações entre os Poderes. Na época, o Executivo empenhava as emendas, mas não liberava os pagamentos e privilegiava, evidentemente, as de autoria de congressistas do PT. Enquanto pôde, a base do governo conseguiu segurar o avanço dessa proposta, mas em 2015, assim que Eduardo Cunha assumiu o comando da Casa, a primeira emenda constitucional aprovada pelos deputados foi justamente a do Orçamento impositivo. Numa política de redução de danos, a gestão petista conseguiu assegurar que metade delas fosse destinada à saúde.

Se o início do problema remete a Dilma, a degradação da formulação do Orçamento teve um enorme impulso após a eleição de Bolsonaro. Estimulados pela jactância do ministro da Economia, Paulo Guedes, que se recusou a participar da elaboração da peça orçamentária no fim de 2018, o Congresso fez o que quis do péssimo slogan de campanha "mais Brasil, menos Brasília", supostamente uma tentativa de descentralizar o uso de recursos pela União e elevar a autonomia de Estados e municípios.

Como não há vácuo de poder, quando alguém se recusa a exercer as funções para as quais foi escolhido - caso de Bolsonaro, que nada produziu na Câmara e hoje é figura decorativa na Presidência -, outros o fazem. Foi o que o Congresso fez em 2019, ao aprovar duas emendas constitucionais que tornaram obrigatória a execução das emendas de bancada, de autoria coletiva, e das transferências diretas a Estados e municípios, conhecidas como

"emenda pix" ou "emenda cheque em branco" por sua finalidade indefinida e não sujeita à fiscalização. Não satisfeito, o Legislativo criou ainda, por meio de uma alteração na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), as emendas de comissão e as emendas de relator-geral, base do orçamento secreto, um esquema para assegurar apoio ao governo revelado pelo Estadão. No teatro que vem sendo encenado por Bolsonaro e pelo Congresso há três anos, entre vetos presidenciais mantidos e derrubados, a execução dessas despesas jamais foi bloqueada.

Nesse contínuo processo de degradação, o País chega a 2022 com um Orçamento que tem a cara de Bolsonaro: engessado por despesas obrigatórias e emendas paroquiais de R\$ 35,6 bilhões, uma verdadeira orquestra de horrores regida pela batuta de um dos maiores líderes do Centrão, Ciro Nogueira (PPPI).

"O Parlamento está muito bem atendido conosco", disse Bolsonaro, orgulhoso de seu próprio desleixo com o uso do dinheiro público.

De fato, os congressistas não têm do que reclamar. A população que lide com os cortes em saúde, educação e infraestrutura em meio a uma crise em que não há crescimento nem emprego, mas não faltam recursos para comprar tratores superfaturados ou para conceder reajuste às forças de segurança, tudo em nome de votos. Caberá ao próximo presidente o desafio de reconstruir a relação entre Executivo e Legislativo sob outras bases que não a do clientelismo.

Sendo a economia a ciência das escolhas e a escassez de recursos uma realidade inexorável, as prioridades devem ser baseadas no interesse da coletividade.

Pelo futuro do País, o resgate do Orçamento pelo governo é que deveria ser obrigatório, não as emendas.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A regulamentação de criptomoedas para pagamento de trabalhadores (Artigo)

Leonardo Kaufman, Igor Tavares e Paulo Carvalho

É um fato que as criptomoedas se popularizaram na última década. Sem qualquer tipo de lastro e não vinculadas a um sistema bancário oficial, as moedas digitais têm como característica a alta volatilidade. Um dos maiores exemplos é justamente a mais conhecida delas, o Bitcoin. Ele passou de R\$ 48,2 mil em dezembro de 2017 para R\$ 12,7 mil em janeiro de 2019 - quase 75% de desvalorização em pouco mais de um ano. No último ano, contudo, voltou a se valorizar e está na casa dos R\$ 240 mil.

Apesar da instabilidade, os criptoativos têm uma vantagem: não sofrem influência direta da **inflação** nem das crises do sistema financeiro tradicional - o próprio Bitcoin foi criado em resposta à crise de 2008. No novo período de instabilidade por que passamos, algumas empresas estrangeiras, principalmente do setor de tecnologia, começaram a oferecer pagamentos via criptomoedas. Mas isso seria juridicamente possível no sistema legal brasileiro? A resposta curta é: sim, mas a empresa estaria assumindo muitos riscos. Explicamos.

Hoje, há pouquíssima menção na legislação brasileira sobre o conceito de criptomoedas. Do lado fiscal, a **Receita Federal** já publicou Instrução Normativa regulamentando a obrigação de corretoras de criptoativos e de pessoas físicas fornecerem informações ao Fisco. Já foram até criados códigos para indicar criptoativos na declaração de imposto de renda, caso haja ganho de capital a partir deles.

Já do lado regulatório, a Comissão de Valores Mobiliários ainda não regulamentou as moedas digitais, embora tenha esclarecido sobre momentos em que elas se enquadram nas normas existentes.

Do lado trabalhista, também não há norma sobre o assunto. Nesse caso, é preciso analisar a legislação existente e a sua potencial aplicação em um caso da vida real de pagamento com criptoativo. O artigo 463 da CLT prevê, de forma geral, que o salário será pago ao empregado na moeda corrente do país -oreal. Se a regra não for obedecida, a lei considera que não houve pagamento. Ou seja, há um grande risco de o empregador ter que pagar duas vezes o funcionário, caso ele conteste o pagamento. Há também outro princípio que dificulta esse uso, o da irredutibilidade

salarial. Se o valor da criptomoeda flutuar para baixo em um curto espaço de tempo - o que é típico delas -, isso pode ser lido como redução salarial.

Não há, também, definição exata da natureza jurídica das criptomoedas. Um precedente do Superior Tribunal de Justiça indica que elas não têm natureza de moeda ou de valor mobiliário. Como a CLT exige mínimo de 30% do salário pago em dinheiro, essa seria outra dificuldade.

Um caminho mais viável seria utilizar as criptomoedas como bonificação, incentivo ou prêmio para os funcionários. Por enquanto, não há regulação que impeça isso - o único entrave é o risco atrelado à flutuação do mercado, como o que existe em um investimento qualquer. Considerando a valorização crescente das criptomoedas, principalmente no longo prazo, elas podem ser um meio inovador para os empregadores incentivarem, atraírem ou reterem seus talentos.

Fato é que essa regulação, ainda muito incipiente, precisa evoluir para trazer um mínimo de segurança jurídica. O Projeto de Lei 3.908/2021 prevê que parte da remuneração dos trabalhadores possa ser paga em criptomoedas, de forma opcional. Embora ainda esteja em tramitação inicial no Congresso, esse pode ser o primeiro passo para uma boa análise legislativa do assunto.

Leonardo Kaufman, Igor Tavares e Paulo Carvalho, Associados do grupo trabalhista e previdenciário do Trench Rossi Watanabe

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/31/01/2022/p1>

Contrato de Moro com firma dos EUA pode gerar questionamento da Receita



Ricardo Balthazar

Ao revelar detalhes de sua relação com a consultoria Alvarez Marsal, o ex-juiz Sérgio Moro abriu o flanco para questionamentos da **Receita Federal** sobre a maneira como seus rendimentos foram pagos nos meses em que trabalhou para os americanos, antes de entrar na corrida presidencial.

O ex-juiz recebeu a maior parte do dinheiro no Brasil, por meio de uma empresa de consultoria que criou após deixar o governo Jair Bolsonaro. Isso permitiu que Moro recolhesse menos **impostos** e livrou a Alvarez Marsal de encargos que precisaria pagar se o tivesse contratado como funcionário.

Moro e seus ex-empregadores dizem ter agido de acordo com a legislação brasileira, mas especialistas consultados pela Folha afirmam que eles podem ter problemas se a fiscalização da **Receita Federal** entender que o objetivo da contratação de Moro como pessoa jurídica foi pagar menos **tributos** no Brasil.

O ex-juiz deixou a Alvarez Marsal em novembro para se filiar ao Podemos e se lançar candidato a presidente. Alvo de uma investigação do Tribunal de Contas da União, que ele considera abusiva, Moro divulgou seus ganhos para tentar afastar desconfianças que cercam sua relação com a empresa.

O TCU abriu investigação sobre o ex-juiz e a Alvarez Marsal para examinar sus-peitade conflito de interesse. Moro foi responsável pelas ações da Operação Lava Jato, e a empresa hoje administra processos de recuperação judicial da Odebrecht e de outras empresas atingidas pelas investigações.

Moro e a Alvarez Marsal rejeitam as suspeitas, porque

ele trabalhou para uma unidade do grupo voltada para disputas empresariais e investigações internas, separada da administradora judicial. Além disso, uma cláusula de seu contrato o impedia de prestar serviços para empresas como a Odebrecht.

Na sexta-feira (28), o ex-juiz disse que acertou com a Alvarez Marsal um salário bruto de US\$ 45 mil por mês, equivalente hoje a R\$ 243 mil. Além disso, ele recebeu US\$ 150 mil como bônus de contratação, um tipo de incentivo comum no mercado para altos executivos. A cifra corresponde hoje a R\$ 809 mil.

No mesmo dia, a consultoria americana informou que pagou a Moro, por 12 meses de trabalho, US\$ 656 mil em valores brutos, ou R\$ 3,5 milhões pela cotação atual do dólar. A empresa de consultoria do ex-juiz recebeu 65% dos rendimentos, no Brasil. O restante foi pago diretamente, nos Estados Unidos.

De acordo com Moro e a Alvarez Marsal, ele foi contratado inicialmente como pessoa jurídica no Brasil porque só poderia ser contratado como funcionário nos EUA após obter visto de trabalho como estrangeiro. O processamento do pedido de visto para o ex-juiz demorou meses para ser concluído.

Segundo a assessoria de imprensa da Alvarez Marsal, o contrato com a consultoria de Moro no Brasil foi assinado em 23 de novembro de 2020 e vigorou até 2 de junho do ano passado. O contrato como empregado nos EUA foi assinado em 7 de abril do ano passado e encerrado em 26 de outubro.

Moro divulgou duas notas fiscais emitidas pela sua empresa nesse período. Segundo ele, a de maior valor se refere ao bônus de contratação, pago em fevereiro do ano passado. A outra representa o pagamento do seu salário de março, R\$ 253 mil brutos, ou US\$ 46 mil pelo câmbio da época.

As notas fiscais indicam que a Alvarez Marsal e a empresa de consultoria de Moro recolheram **tributos** equivalentes a 19% dos valores brutos, porcentual típico para prestadores de serviço como a empresa do ex-juiz. Se ele tivesse sido contratado como pessoa física, teria que pagar 27,5% de Imposto de Renda.

Além disso, tanto ele como a empresa teriam que contribuir com a **Previdência Social**, e caberia à

Alvarez Marsal pagar outros encargos previstos pela legislação trabalhista. Mesmo que a redução da carga tributária não tenha sido o motivo da contratação de Moro como pessoa jurídica, é certo que ela o beneficiou.

Conforme a legislação brasileira, os dividendos recebidos pelo ex-juiz de sua empresa de consultoria são isentos do pagamento de Imposto de Renda, o que lhe permitiu usufruir dos recursos recebidos da Alvarez Marsal no Brasil sem pagar nada ao fisco além dos **tributos** recolhidos pela sua empresa.

O governo Bolsonaro chegou a propor a taxaço dos dividendos e mudanças no Imposto de Renda para eliminar vantagens oferecidas pela chamada pejetização para empresas e seus funcionários, mas resistências no Congresso impediram o avanço dessa e de outras propostas de reforma.

Situações em que o vínculo empregatício entre o prestador de serviço e a empresa que o contratou é evidente, como no caso de Moro, estão sujeitas a exame mais rigoroso pelo fisco, segundo os especialistas consultados pela Folha, mas eventuais sanções dependeriam de análises aprofundadas.

Em resposta a questionamentos da Folha, a Alvarez Marsal afirmou que a contratação do ex-juiz se deu inicialmente no Brasil "por questões burocráticas". A Folha enviou 11 perguntas à assessoria de Moro na sexta-feira, mas ele as deixou sem resposta, preferindo enviar uma declaração genérica sobre o assunto.

"Agindo de forma diferente dos outros pré-candidatos, já prestei publicamente todos os esclarecimentos sobre essa questão, demonstrando a regularidade da relação com a Alvarez Marsal", afirmou. "A Folha de S.Paulo poderia perguntar ao ex-presidente Lula sobre os valores recebidos por palestras e doações de empresas investigadas na Lava Jato, aliás, infinitamente superiores." A juiza Gabriela Hardt, da Vara Federal em que Moro atuava em Curitiba, arquivou o inquérito que examinou as palestras feitas pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) após deixar a Presidência da República. A Polícia Federal não encontrou provas de irregularidades e o caso foi encerrado em -2020.

Nos EUA, o ex-juiz foi contratado como diretor, não mais como prestador de serviços de consultoria. O imposto de renda americano, com alíquotas de até 37% para assalariados, e outros **tributos** recolhidos na fonte comeram 46% dos salários de Moro, segundo dois contracheques que ele divulgou na sexta.

Considerando as alíquotas indicadas nos documentos

divulgados, é possível estimar que Moro tenha ficado com US\$ 470 mil dos US\$ 656 mil pagos pela consultoria americana, ou R\$2,5 milhões. Se tudo tivesse sido pago nos EUA, o valor líquido teria caído para US\$ 354 mil, ou R\$ 1,9 milhão.

O ex-juiz mudou-se para os EUA no período em que trabalhou para a Alvarez Marsal, mas manteve seu domicílio tributário no Brasil. Isso significa que ele continuou obrigado a prestar contas ao fisco brasileiro, declarando os rendimentos recebidos no exterior para que sejam tributados no país também.

Na transmissão ao vivo que Moro fez com o deputado federal Kim Kataguiri (D EM-S P) nas redes sociais para se explicar, o parlamentar chegou a brincar com ele. "Então você ainda vai mandar um pouquinho de dinheiro para o caixa do Bolsonaro", disse Kataguiri. "Pois é" respondeu o ex-juiz.

O mais provável é que Moro não precise pagar nada à **Receita Federal** quando declarar os rendimentos recebidos nos EUA, segundo os especialistas ouvidos pela Folha. Em casos assim, a **legislação tributária** permite que o imposto pago lá fora seja compensado no cálculo dos **tributos** a serem recolhidos no Brasil.

A reportagem ouviu cinco pessoas sobre o caso do ex-juiz, incluindo dois ex-dirigentes da **Receita Federal**, um advogado tributarista, um especialista em programas empresariais de controle interno e um contador. Eles pediram anonimato para analisar a situação, por não conhecer todos os detalhes do caso concreto.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49807&anchor=6449338&pd=13e9186802a35268fe9a763a8a627fd5>

Justiça obriga Receita a calcular crédito de PIS /Cofins

Beatriz Olivon De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187128

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187128

Gomes não vê espaço para grandes reformas em 2022

Vandson Lima, Renan Truffi e Fernando Exman De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187128

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187128

Blindagem de emendas consolida hegemonia do centrão sobre Orçamento



Idiana Tomazelli, Marianna Holanda e Ricardo Delia Coletta

A blindagem às emendas de relator na sanção do Orçamento consagra o domínio do centrão sobre os cofres do governo, justamente em ano de eleições.

O presidente Jair Bolsonaro (PL) vetou R\$ 3,2 bilhões em despesas de custeio e investimentos de ministérios, atingindo verbas do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), de combate a incêndios florestais, entre outros.

A tesourada, porém, poupou R\$ 16,5 bi reservados para emendas de relator, instrumento usado para irrigar redutos eleitorais de parlamentares aliados ao Palácio do Planalto.

O valor se soma aos R\$ 16,8 bilhões já reservados pela Constituição para as chamadas emendas individuais e de bancada, que têm critério mais equânime de distribuição entre aliados e a oposição.

Em ano eleitoral, a expectativa de técnicos do Ministério da Economia é a de que haja pressão pelo empenho do maior volume possível de emendas ainda no primeiro semestre, para evitar as restrições eleitorais.

A avaliação encontra eco no Congresso Nacional, onde parlamentares da base contam com os recursos das emendas para aumentar suas chances de reeleição.

O empenho é a primeira fase do gasto, quando o governo sinaliza o compromisso com determinada obra, compra ou contratação de serviço.

A lei eleitoral diz que, nos três meses que antecedem o pleito, é vedado realizar transferências voluntárias de recursos a estados e municípios. As emendas se enquadram nesse caso, segundo os técnicos.

A única exceção é quando os recursos servem para garantir a execução de obra ou serviço já em andamento, com cronograma definido, ou para atender a situações de emergência ou calamidade pública.

Dessa forma, empenhos de novas despesas terão de ser feitos até 1º de julho, ou após as eleições. Apesar disso, integrantes do Planalto afirmam que há interpretações divergentes e que alguns tipos de empenho poderiam ser feitos no período eleitoral.

Um estudo publicado pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados em 2020 indica que as chamadas transferências especiais -emendas usadas para repassar dinheiro diretamente a estados e prefeituras sem destinação específica- também se sujeitam às restrições eleitorais.

O Tesouro Nacional, responsável pelo repasse dessas transferências especiais, informou que uma consulta feita à PGFN (Procuradoria-geral da Fazenda Nacional) indicou conflito com a lei eleitoral "As emendas parlamentares individuais, na modalidade transferências especiais, se enquadram no critério de transferência voluntária descrito na lei eleitoral, que veda esse tipo de repasse nos três meses que antecedem as eleições", disse o órgão.

Até a publicação deste texto, a PGFN não respondeu sobre as demais emendas.

Os ministérios já começaram um movimento embrionário de definição de gastos prioritários para o ano. Os levantamentos serão repassados à Casa Civil, chefiada por Ciro Nogueira.

Nogueira é senador pelo PP e um dos caciques do centrão, bloco de partidos que dá sustentação política a Bolsonaro no Congresso. Sua nomeação para a Casa Civil, responsável pela coordenação de governo, foi uma tentativa do presidente de melhorar a interlocução com os parlamentares.

Hoje, o ministro-chefe da Casa Civil tem o poder da caneta na execução do Orçamento. Um decreto de

Bolsonaro conferiu à pasta a atribuição de dar "aval prévio" a quaisquer mudanças empreendidas pelo Ministério da Economia, comandado por Paulo Guedes.

A mudança, antecipada pela Folha, foi mais um passo na direção de expansão da influência do centrão no destino dos recursos federais.

Esse movimento foi inaugurado em 2019, com a criação das emendas de relator no Orçamento de 2020, após Guedes repetir em diversas ocasiões que o Congresso deveria retomar o controle sobre o Orçamento. As emendas de relator se converteram no principal instrumento de negociação política com o Congresso na gestão Bolsonaro.

Em outro passo, a Secretaria de Governo -responsável pela articulação política do Planalto com o Congresso- passou a ter assento na comissão de técnicos que assessora a JEO Junta de Execução Orçamentária).

A JEO é formada por Casa Civil e Economia. Apenas Guedes e Nogueira têm poder de voto, sem substitutos.

Já a comissão técnica tem o papel de assessorá-los nas decisões. Antes da inclusão da Secretaria de Governo, apenas secretários e técnicos de Economia e Casa Civil tinham assento no colegiado.

Outros ministros do governo podem acompanhar as reuniões da JEO, na condição de convidados. Integrantes da equipe econômica relataram à Folha que a ministra-chefe da Secretaria de Governo, Flávia Arruda, participa de praticamente todos os encontros da junta, sentando-se ao lado de Nogueira e Guedes.

Para Elida Graziane Pinto, procuradora do Ministério Público de Contas de São Paulo e professora da FGV (Fundação Getulio Vargas), os movimentos recentes refletem um "loteamento político cada vez mais voraz do Orçamento".

Ela afirma que, desde 2015, o Congresso Nacional tem aprovado mudanças no sentido de levar o pêndulo das decisões orçamentárias para o lado dos parlamentares.

São exemplos, segundo a professora, a emenda constitucional do orçamento impositivo -que obriga a execução de todas as despesas, salvo justificativa- e a formalização das emendas individuais dos congressistas.

As primeiras mudanças, analisa Elida, preservaram a equidade e a paridade de forças de parlamentares aliados e de oposição, já que todos decidiam uma fatia

de igual tamanho no Orçamento. Recentemente, porém, houve uma reversão nessa tendência.

"Com essas últimas regras, inclusive com apreciação prévia [das mudanças na execução do Orçamento] pela Casa Civil, a gente vê esse movimento de fortalecimento do Legislativo em seu pior nível. A tendência era boa, mas foi corrompida", diz Pinto.

O principal prejuízo, segundo a professora, é a perda de noção de prioridades no Orçamento público. Enquanto políticas públicas como o Censo Demográfico -maior levantamento estatístico do país- ou programas de transporte escolar perdem espaço, instala-se o que ela chama de um "balcão de negócios".

"Estamos desconstruindo programas de duração continuada para deixar hienas vorazes satisfazerem no curtíssimo prazo seu apetite eleitoral", afirma Pinto. "No cenário atual, não temos nem capacidade de prever a ordenação de prioridades em 2023" critica.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49807&anchor=6449338&pd=13e9186802a35268fe9a763a8a627fd5>

Aposentado do INSS pode entrar na lista de precatórios até abril (PEC dos Precatórios)

Suzana Petropouleas

Aposentados do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) que ganharam na Justiça o direito de receber precatórios têm até 2 de abril para entrar na lista de pagamentos de 2023. O prazo, que até 2021 se encerrava em julho, foi reduzido pela PEC dos Precatórios .

Antes, valia o período de 2 de julho de um ano a 1º de julho do ano seguinte para que os precatórios fossem apresentados pela Justiça e incluídos no Orçamento da União, para serem pagos no ano seguinte. A PEC antecipou esse prazo para o dia 2 de abril de cada ano.

O ano de 2022, por isso, é uma exceção e marca a transição no calendário anual: a inscrição dos precatórios na fila de pagamentos do ano que vem começou em 2 de julho de 2021 e termina em 2 de abril de 2022. A PEC reduziu, portanto, para nove meses o período em que é possível incluir os pedidos de pagamento das dívidas.

Em anos anteriores, no mês de julho já havia corrida de advogados e clientes para garantir que o processo entrasse no lote de recebimento no ano seguinte. Quem não tiver o precatório incluído até o prazo só poderá entrar em listas posteriores de pagamentos, ou seja, a partir de 2024.

A dois meses para o fim do prazo, é pouco provável que seja incluído no lote quem ainda não venceu a causa em todas as instâncias, diz o advogado previdenciário Rômulo Saraiva. "Quem ainda não ganhou dificilmente vai conseguir rodar todo o processo para aproveitar o prazo de 2 de abril. Pode acontecer, caso uma proposta de acordo interessante seja feita e aceita pelas partes, mas não é comum."

Os advogados ouvidos estimam que processos envolvendo as dívidas da União, especialmente as previdenciárias, levam de dois a dez anos para serem concluídos na Justiça. Quem pode entrar na lista de 2023

Os precatórios são dívidas da União acima de 60 salários mínimos (R\$ 72.720 em 2022).

Estarão aptos a receber aposentados, pensionistas e

outros beneficiários do **INSS** que ganharam em todas as instâncias o direito ao dinheiro e cuja ação já passou da fase de execução (em que o Judiciário faz cálculos do quanto é devido). Para entrar na lista de 2023, é preciso ter um precatório com ordem de pagamento expedida por um juiz entre 2 de julho de 2021 e 2 de abril de 2022.

"Primeiro, a Justiça avalia se a parte de fato tem direito ao que reivindica. Depois, analisa: o cidadão tem o direito, mas quanto ele custa? São aplicadas as multas e correções. Só aí entra-se na fila para receber", diz Saraiva. "Acordos e agilidade podem viabilizar entrada na lista

Saraiva recomenda que aqueles que ainda não entraram na lista de 2023 busquem auxílio de seu advogado sobre quais medidas podem ser tomadas para agilizar o processo, como a aceitação parcial de acordos propostos pela outra parte, se for considerado vantajoso e viável. "Poucos sabem desse recurso. Mas se eu pedi, por exemplo, R\$ 100 e o governo contrapropôs com R\$ 80, posso pedir para entrar na lista do próximo ano para receber os R\$ 80 que concordamos ser devido e abrir uma requisição à parte, depois, para solicitar os R\$ 20 restantes."

A advogada previdenciária Amanda Kravchychyn também recomenda que o interessado busque cumprir o mais rápido possível as partes que lhe cabem no processo. "Mas para quem ainda não ganhou o processo, é mais complicado. Depende sempre da agilidade da outra parte também." Quem entra na lista não tem pagamento garantido em 2023

Ainda há dúvidas sobre o pagamento em 2023. "Antes não era assim, todo precatório inscrito era pago no exercício seguinte", diz a advogada previdenciária Adriana Bramante.

A PEC dos Precatórios criou limites para seu pagamento, que em 2022 totalizam cerca de R\$ 45 bilhões. Também instituiu uma lista de prioritários.

A partir de 2022, deve receber primeiro, nessa ordem: quem ganhou causas menores (as chamadas Requisições de Pequeno Valor, de até 60 salários mínimos), idosos acima de 80 anos e aqueles com doenças crônicas e quem venceu causas em valor máximo de até 180 salários mínimos.

Mas não está claro ainda como será o pagamento de quem ficou no final da fila e não recebeu no ano anterior, pois o teto foi atingido. "A fila recomeça por quem estava no final? Ou volta para os primeiros da fila, mais prioritários? Não sabemos. É uma situação triste, porque a pessoa pode ter esperado anos para ganhar a causa e agora o pagamento também é indefinido", diz Bramante. Como consultar se a ação virou um atrasado

"Os sites dos seis TRFs geralmente possuem um link chamado Precatórios, onde é possível pesquisar pelo CPF se o Precatório ou RPV já foi expedido", diz Bramante. Com o número do processo, é possível ver as informações públicas da ação e verificar se o atrasado já foi autuado pela Justiça e a data em que esse pedido de pagamento ocorreu. Mais detalhes podem ser acessados com a ajuda do advogado responsável pela ação. Redução do prazo

Para especialistas, a mudança no calendário foi adotada para restringir o volume e possibilitar o adiamento do pagamento de precatórios devidos pelo governo.

"Não tem um argumento de ordem técnica, até porque o Orçamento é fechado até o final do ano e, como aconteceu nesse ano, a lei orçamentária é sancionada, muitas vezes, em janeiro. O prazo em julho era razoável. O objetivo, acredito, foi diminuir a quantidade de precatórios e, conseqüentemente, de valores a serem pagos", diz o advogado previdenciário Roberto Santos. "Mas acaba sendo um tiro no pé, porque eles serão inscritos depois, mas terão que ser pagos mais cedo ou mais tarde. Vai criar uma bola de neve."

Em nota, o TRF-2 (Tribunal Regional Federal da 2ª Região) afirmou que o volume de precatórios apresentados até 2 de abril deve ser menor que o dos anos anteriores, "tendo em vista o prazo mais curto para que as varas federais concluam processos em curso e expeçam o correspondente precatório". Tribunais seguirão novo prazo

O CJF (Conselho da Justiça Federal) afirmou, em nota, que "o prazo do dia 2 de abril, por ser decorrente de um dispositivo de emenda constitucional, não necessita de regulamentação, sendo portanto autoaplicável". Afirmou ainda que "assim, todos os Tribunais Regionais Federais deverão observar o prazo da Emenda Constitucional n. 114/2021, independentemente de edição de dispositivo pelo CJF."

A Folha entrou em contato com os Tribunais Regionais Federais da 1ª a 5ª Região, que afirmaram que

seguirão a nova data estabelecida em 2 de abril pelas emendas constitucionais 113 e 114, de 2021.

O TRF-1 (responsável pelos processos no Distrito Federal, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Bahia, Piauí, Maranhão e toda região Norte) afirmou que as determinações das emendas ainda não foram objeto de regulamentação pelo CJF e CNJ (Conselho Nacional de Justiça) para aplicação no âmbito dos tribunais, mas sua validade é imediata.

O TRF-3 (que atende São Paulo e Mato Grosso do Sul) divulgou que uma reunião de grupo de trabalho sobre o tema no CJF, no início de fevereiro, deve criar as normas definitivas para as alterações, dado que as mudanças são recentes.

Em 13 de janeiro, a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e a AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros) entraram com Ação Direta de Inconstitucionalidade no STF (Supremo Tribunal Federal) contra as mudanças nas regras para o pagamento dos precatórios.

newsletter folhamercado

De 2ª a 6ª pela manhã, receba o boletim gratuito com notícias e análises de economia

newsletter folhamercado

De 2ª a 6ª pela manhã, receba o boletim gratuito com notícias e análises de economia

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/01/aposentado-do-inss-pode-entrar-na-lista-de-precatorios-ate-abril.shtml>

Vantagens tributárias resistem à corte

A União vai gastar neste ano R\$ 367 bilhões em vantagens tributárias concedidas a determinados grupos sem contrapartidas comprovadas para a sociedade.

A avaliação é da Unafisco (**Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal**) e aponta para o maior valor desde que o levantamento começou a ser feito, em 2020. O aumento nominal de 16% é observado após movimentos ineficazes de governo e Congresso sobre o tema. As contas incluem tanto benefícios previstos em lei, como subsídios à indústria automobilística, como omissões do poder público na tributação de itens considerados importantes pela entidade, como a taxaço do patrimônio dos mais ricos.

No topo da lista do "privilegiômetro", como chama a entidade, está a isenção para lucros e dividendos que acionistas recebem das empresas -existente há mais de 25 anos. Esse item vai deixar de inserir nos cofres R\$ 58,9 bilhões em 2022.

O governo chegou a inserir a taxaço sobre dividendos no projeto que alterava o Imposto de Renda, para bancar o Auxílio Brasil -recebendo apoio até da oposição na Câmara dos Deputados.

Porém, o projeto acabou barrado no Senado após diversas resistências, como a de empresários que viram aumento da carga tributária.

Mauro Silva, presidente da Unafisco, diz que o receio da classe política de desagradar determinados setores faz com que os números sigam intocados.

"O Executivo não consegue por si só mexer nisso, porque precisa do Legislativo. Isso faz o corte ter uma complexidade política muito grande, similar a uma **reforma tributária**", afirma Silva.

Site: <https://www.jornalcorreiodamanha.com.br/edicao-expressa/pdf/11612-edicao-23-942>

Congresso retorna no compasso da eleição



denise rothenburg

O clima de incertezas sobre o quadro eleitoral, em especial em relação à reeleição do presidente Jair Bolsonaro, desarrumou a base e a oposição no Congresso, comprometendo o bom andamento das pautas neste retorno dos trabalhos. Deputados que em muitas votações apoiavam os projetos do governo planejam se distanciar, de olho na sobrevivência eleitoral. E, nesse sentido, nem o PL, partido de Bolsonaro, e nem o PP, do ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, votarão fechados com os desejos do Planalto. Parte das bancadas do PSDB e do DEM, que davam lastro em algumas questões econômicas, tendem a se afastar de vez.

Não há consenso sequer para definir se a **reforma tributária** deve começar na Câmara ou no Senado. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), pré-candidato ao Planalto, já disse com todas as letras que esse tema será prioridade dos senadores neste primeiro semestre. Já o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), defende uma proposta diferente daquela que tramita por lá e não se cansa de se referir ao Senado como "Casa revisora", numa indicação de que dará preferência ao texto que está na Câmara.

O primeiro movimento desta semana será uma reunião entre Pacheco e Lira para tentar chegar a um acordo em relação aos próximos passos da tributária e avaliar, ainda, o que pode ser feito para tentar reduzir o preço dos combustíveis, um tema que interessa a todos num ano eleitoral. Também está no radar dos parlamentares a derrubada dos vetos ao Orçamento, com vistas à recomposição de valores destinados à educação, por exemplo.

Porém, fora desses assuntos que ajudam a aliviar o bolso do eleitor, as dificuldades serão grandes. Se Bolsonaro não se recuperar logo diante do eleitorado, não se vota mais nada de interesse exclusivo do Poder Executivo, conforme avaliam os integrantes da base. O que os governistas falam reservadamente, os opositores dizem de peito aberto: "Não vejo clima para grandes avanços na agenda do país", destaca o deputado Júlio Delgado (PSB-MG).

Desconfianças

Deputados do PP e PL, que hoje são a principal base no governo na Câmara, ao lado de uma parte do PSL e do Republicanos, já olham meio desconfiados para a recondução de Bolsonaro ao Planalto. Embora saibam que eleição é sempre um risco, o que leva muitos a manter uma certa distância do governo é o receio de que ele fique fora do segundo turno.

Alguns que estão distantes não querem nem saber de aproximação. O PP da Bahia, por exemplo, se orgulha da parceria de 16 anos com o PT e vai apoiar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No PL do Ceará, a parceria é com o governador Camilo Santana (PT). Entre os deputados de ambos os partidos, muitos dizem em conversas reservadas que o presidente terá dificuldades em manter os votos dos nordestinos em pautas que não forem de interesse direto da população. Ou seja, tudo o que vier apenas para agradar Bolsonaro ou exigir sacrifícios do eleitor, dificilmente passará.

Se entre os maiores aliados está difícil, imagine em outros partidos. PSDB e Cidadania, que vão discutir uma federação, devem passar a ter uma atuação de maior parceria na Casa, mais distante do governo. O DEM e o próprio PSL, que aguardam a instalação do União Brasil, também estarão distantes do Planalto, em busca de uma agenda e de uma marca diversas daquelas que pregam os bolsonaristas.

Na oposição, a vida também não será tranquila. A vaga de líder da oposição, por exemplo, pelo acordo feito lá atrás, caberá este ano ao PDT de Ciro Gomes. PT e PSB, que passaram as últimas semanas discutindo uma federação, chegam estremecidos, depois que Marcelo Freixo (PSB-RJ) acenou com um apoio à candidatura de Fernando Haddad (PT) ao governo de São Paulo, desconsiderando o correligionário Márcio França, o nome do PSB para concorrer ao Palácio dos Bandeirantes. Alessandro Molon, por sua vez, se movimenta para concorrer ao

Senado pelo Rio de Janeiro, comprometendo a parceria de Freixo com o PT-RJ.

A esperança de Lira para conseguir votar, pelo menos, as medidas provisórias, é o sistema remoto, mantido neste início de ano por causa do aumento do número de casos de covid-19 entre os servidores da Câmara. E para turbinar essa turma, será preciso ainda liberar as emendas que faltam do Orçamento do ano passado, incluídas em restos a pagar.

Até aqui, os donos do cofre não deram um sinal de que essa liberação será feita no curto prazo. Com a covid e as emendas travadas, fevereiro sem a folia do carnaval será um período para que os líderes, sempre assíduos em Brasília, tentem organizar um pouco mais a bagunça causada pela tensão pré-eleitoral. O problema é que, se demorar demais, aí é que não haverá clima ou tempo para votar as tão propaladas reformas. Nesse caso, dizem alguns políticos, o Brasil terá mais um ano sem planejamento de agenda técnica e legislativa, levado na base do improviso e ao sabor das pesquisas.

Desafio para autonomia do BC



Rosana Hessel

Analistas torcem para que a autonomia do Banco Central, aprovada no ano passado pelo Congresso, passe pela prova de fogo deste ano eleitoral. O BC vai ser uma pedra no sapato para a reeleição de Bolsonaro, porque jogará contra, ao ter que intensificar o aperto monetário - que significa menos crescimento e mais desemprego para conter as expectativas do mercado e controlar a **inflação**.

"O BC possui independência formal. Não deveria ser um problema para a autoridade monetária. Acredito que o Comitê de Política Monetária (Copom) tenha que perseverar para defender seu mandato, a despeito do ano eleitoral. Cabe a ele desmistificar isso", afirma Marcos Ross, economista-chefe do banco chinês Haitong no Brasil.

Ele prevê que o **PIB** brasileiro deste ano fique negativo em 0,4% e adianta que deve elevar a projeção da **inflação** medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A atual está em 5,3%. "Ainda aguardamos alguns dados, especialmente o IPCA fechado de Janeiro, mas temos nesse momento um viés de alta. Com maior probabilidade o IPCA deve se situar entre 5,4% e 5,6% em 2022", afirma.

O ex-vice-presidente do Banco Mundial Otaviano Canuto, aposta na preservação da autonomia. "Não há razão para não contar com a independência do BC, agora inclusive formalizada na lei", afirma. Contudo, ele reconhece o aumento dos riscos para os países emergentes em um cenário de desaceleração global e de aumento dos juros nos países desenvolvidos. "As altas taxas de **inflação** e o endividamento público durante a pandemia estão restringindo a adoção de políticas fiscais e monetárias expansivas nesses

países. Não coincidentemente, as taxas de juros mais altas e a revisão em baixa dos apoios fiscais ocorreram na maioria dos casos", destaca Canuto, em artigo recente no site Policy Center for New South.

Tiro no pé

Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências Consultoria, reconhece que a autonomia do BC será testada neste ano e destaca que o BC também tem um desafio maior com a falta de ajuda do governo na área fiscal. Para ela, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que o presidente Jair Bolsonaro (PL) vem sinalizado para zerar os **impostos** sobre os combustíveis e energia, apesar de pouco detalhada, pode piorar a questão fiscal - e, dessa forma, aumentar um clima de incerteza que vai impactar o dólar e a **inflação**, e, consequentemente, exigindo um aperto ainda maior nos juros.

"É o famoso tiro no pé. O preço dos combustíveis depende do mercado de petróleo, e o risco desse movimento de zerar PIS-Cofins sem qualquer tipo de compensação de receita ainda pode fazer com que o preço da gasolina na bomba termine 2022 acima do que terminou em 2021", alerta.

O governo vem sinalizando que o impacto da medida seria em torno de R\$ 50 bilhões, mas, para Alessandra, as estimativas estão subestimadas. Cálculos da Tendências apontam perda de R\$ 70 bilhões, apenas na redução dos **impostos** federais. "Essa medida vai aprofundar a deterioração fiscal e fazer o governo entregar um deficit maior do que o previsto no Orçamento (de R\$ 79,3 bilhões). E, neste ano, a **inflação** não vai ajudar no aumento da arrecadação como em 2021, porque não há perspectiva de crescimento na economia", destaca a economista.

A economista Juliana Inhasz, professora do Insper, avalia que, como o governo não tem ajudado muito na questão fiscal, o Banco Central estará sozinho no compromisso de controlar a **inflação** em um cenário em que a economia não deve crescer e a eleição agrava as incertezas. "Está havendo uma deterioração no campo macroeconômico e deve-se ajustar a Selic para tentar cumprir a meta. E, com o juro cada vez mais elevado e a economia desacelerando, para a população em geral, o crédito ficará mais caro e as empresas terão um custo maior de captação de recursos, como capital de giro. Logo, para economia como um todo, é negativo, porque tende a haver

queda nos investimentos. Contudo, essa política monetária mais contracionista é necessária, porque não há medidas políticas que apoiem o BC no cenário fiscal", explica.

Para Rachel de Sá, chefe da economia da corretora Rico Investimentos - controlada pela XP Investimentos - há sinais de que a autonomia do BC está funcionando. "Por enquanto, as perspectivas de longo prazo estão ancoradas e vamos ver o peso disso nos próximos anos. Mas os juros de longo prazo ainda estão estressados por conta da questão fiscal e de toda a situação externa, com os juros dos títulos norte-americanos subindo", afirma. Contudo ela reconhece que ainda há incertezas de que a premissa de que uma Selic de 11,5% será suficiente para conter a **inflação** dentro da meta.

Bolsa

Apesar disso, pelas estimativas da XP, o Índice Bovespa ainda tem chances de subir por conta do fluxo de recursos estrangeiros que está entrando no mercado para aproveitar o preço baixo das ações brasileiras. O quadro, no entanto, é de volatilidade. A expectativa da corretora é que a Bolsa brasileira termine o ano em 123 mil pontos.

Brasil perde bonde da grande mudança no trabalho trazida pela pandemia



Douglas Gavras

Thiago de Campos, 34, hoje vende balas em uma rua próxima ao restaurante onde era cozinheiro e que fechou durante os primeiros meses da pandemia. "Tenho mais de dez anos de profissão, mas demitiram todo mundo, começando pelos mais experientes." Do dinheiro que ele ganha, que às vezes chega a R\$ 150 em um dia, depende a mãe, que ficou doente no ano

passado. Ele conta que a pandemia causou dois baques em sua carreira: a demissão e a dificuldade de se recolocar no mercado com o salário de antes.

"Até aparecem vagas, mas, se pagavam R\$ 2.100 por mês, agora as ofertas quase não passam de R\$ 1 mil. Por enquanto, vendo doces, faço bicos como auxiliar de obras e sonho em abrir meu próprio restaurante. Em algum momento, as coisas vão melhorar" Histórias como as de Campos não são incomuns. O impacto da Covid-19 foi sentido sobretudo pelos trabalhadores informais e de baixa remuneração. Já o pós-pandemia deve acelerar o processo de digitalização do trabalho e a destruição de funções repetitivas e de baixa qualificação -e o Brasil não está preparado para nenhuma das mudanças que estão porvir, segundo especialistas.

Diversos relatórios internacionais apontavam crescimento expressivo das áreas ligadas à tecnologia da informação e algumas dessas mudanças já acontecem no Brasil, ainda que de forma mais lenta, dada a falta qualificação para as áreas mais demandadas, diz Janaína Feijó, pesquisadora da área de Economia Aplicada do FGV/Ibre (Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getulio Vargas).

"O Brasil continua tendo um mercado de trabalho fragilizado; a retomada tem se dado pela volta do trabalho informal e manutenção do desemprego elevado. Embora a desocupação deva cair aos poucos, o quadro ainda é muito preocupante", diz.

Segundo a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua, a desocupação do trimestre encerrado em novembro era de 11,6%. A taxa teve uma leve queda, mas os dados também mostram que a renda real dos trabalhadores voltou a cair na média, para R\$ 2.444.

Feijó colaborou em um estudo publicado no ano passado, que avaliou as ocupações que devem emergir nos próximos anos. Pelo levantamento, a classificação "Outros Vendedores", que inclui vendedores remotos, a domicílio e por telefone, deve mais que dobrar entre 2019 e 2029, passando de 3,27% dos postos de trabalho para 18,84%.

Por outro lado, é esperada uma leve queda entre os vendedores de lojas físicas (de 7,43% para 7,1%) e de

trabalhadores domésticos e auxiliares de limpeza em escritórios (de 7,85% para 5,68%).

"A tecnologia traz novas oportunidades de ocupações e a tendência é crescer a demanda por trabalhadores na chamada economia verde, na engenharia e na computação em nuvem. O país precisa, no entanto, estar pronto para aproveitar isso", diz Feijó.

Em busca de oportunidades em um setor que se destacou durante a quarentena, Felipe Henrique, 21, conseguiu uma vaga de assistente de ecommerce de uma rede de pet shop em São José dos Campos (SP) há dois anos.

"Sempre vi que era um mercado com potencial e a minha experiência anterior, como auxiliar de logística, ajudou bastante. Acabei apostando em um setor que foi impulsionado pela digitalização forçada e que deve continuar crescendo." "Alguns profissionais mantêm o pensamento linear, esperando um tipo de trabalho que já não existe mais, com previsibilidade nas atividades, mas em um mundo cada vez mais imprevisível É preciso mudar Isso", diz Daniela Diniz, diretora de Conteúdo e Relações Institucionais da consultoria GPTW.

Para reverter a perda de postos de trabalho, seria preciso um investimento por parte das empresas em atualizar quem já está empregado, um esforço do sistema de ensino para treinar as novas gerações e políticas públicas para requalificar os atuais desempregados, resume o professor do Insper Sérgio Firpo.

Um estudo da IBM publicado no fim de 2020, o primeiro ano da pandemia, apontava que 51% dos executivos brasileiros tinham na digitalização de suas empresas sua prioridade de investimentos nos próximos dois anos.

Firpo ressalta que as medidas de isolamento social e trabalho remoto, mesmo que paulatinamente reduzidas, também devem levar em conta que alguns segmentos revejam suas práticas e aplicação de mão de obra. "Os ganhos de produtividade que o trabalho remoto trouxe também podem fazer com que alguns postos sejam destruídos." Segundo o especialista, o trabalho exercido de diferentes cidades e o aumento dos chamados nômades digitais -profissionais que trabalham para uma empresa a partir de qualquer lugar- devem gerar uma mudança a favor dos trabalhadores mais qualificados, enquanto o vendedor de café e bolo que montava sua banquinha na porta de uma empresa pode ficar sem trabalho. Além dos desafios **impostos** pela pandemia, com a proximidade da eleição também ganha força uma possível revisão de trechos ou mesmo revogação da reforma

trabalhista aprovada pelo governo de Michel **Temer** (MDB) em 2017.

Segundo as entidades sindicais laborais, as mudanças feitas na CLT, flexibilizaram contratações, mas também aumentaram a vulnerabilidade dos trabalhadores.

"A legislação favorece uma precarização e não sabemos a dimensão dos impactos da pandemia", diz o sociólogo do Dieese Clemente Ganz Lúcio.

Segundo ele, o trabalho por aplicativo e outras modalidades virtuais vão demandar um reforço das regras.

Outro impacto são processos trabalhistas. Segundo o TST (Tribunal Superior do Trabalho) foram julgados de março de 2020 a setembro de 2021 mais de 523 mil processos -alta de 24,5%.

Para o professor de direito Ricardo Calcini, a legislação atual não estava preparada para a pandemia, e medidas criadas no período pioraram o quadro. "Cresceu a litigiosidade de temas, como o teletrabalho e doenças do trabalho."

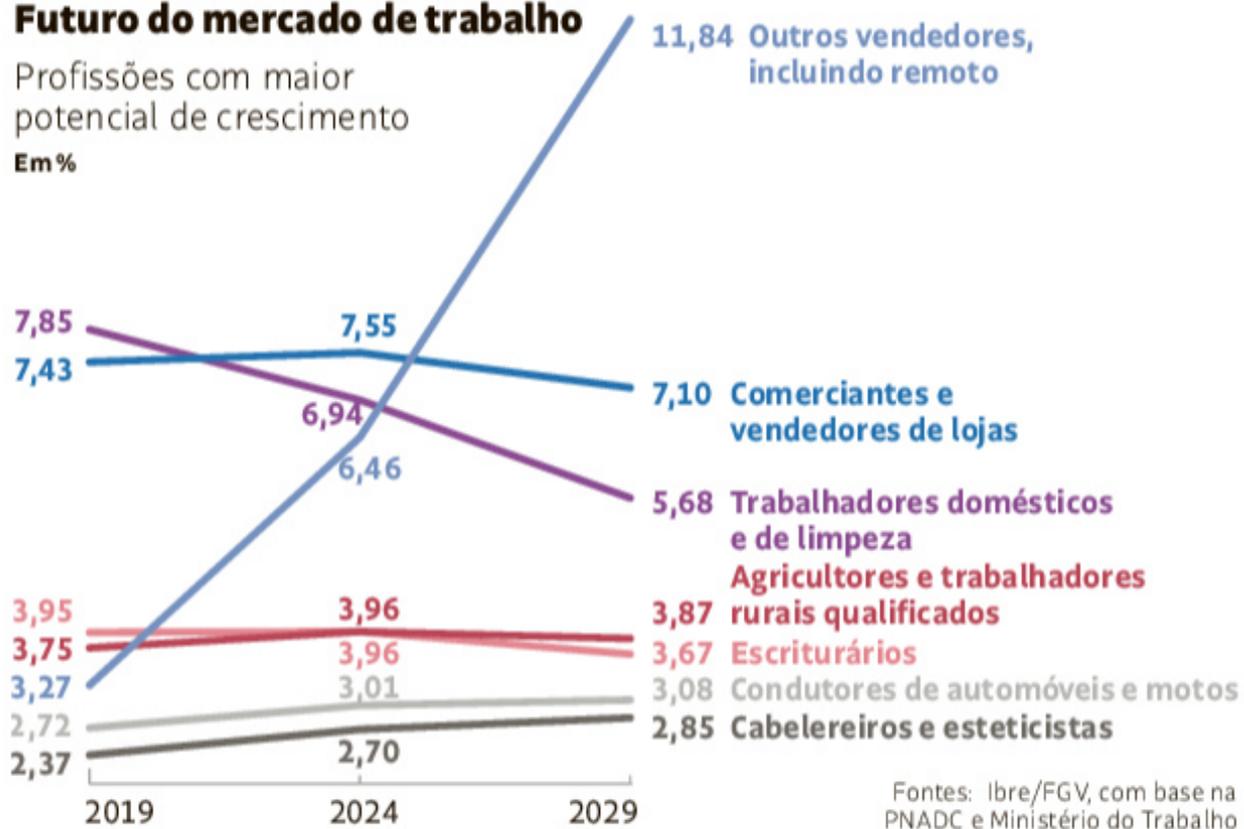
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49807&anchor=6449338&pd=13e9186802a35268fe9a763a8a627fd5>

Futuro do mercado de trabalho

Profissões com maior potencial de crescimento

Em%



Fontes: Ibre/FGV, com base na PNADC e Ministério do Trabalho

AL não tem agenda para crescimento, diz Citi

BÁRBARA NASCIMENTO

O crescimento é o calcanhar de Aquiles não só do Brasil, mas de toda a América Latina.

Esta é a opinião do economista- chefe do Citi para a região, Ernesto Revilla. "Não há narrativa de crescimento", disse ele, em entrevista ao Estadão/ Broadcast.

Segundo Revilla, apesar de o cenário ser de crescimento baixo para os próximos anos, não há reformas nesse sentido sendo propostas nos países latinos.

"A maior surpresa é que, com a falta de crescimento, você esperaria muitas políticas e ideias na região, mas infelizmente não há uma agenda de crescimento", aponta. O Citi prevê crescimento de 1,6% do **PIB** da América Latina em 2022; no caso específico do Brasil, a estimativa é de queda de 0,3%.

Revilla afirma que os países da região estão mais focados hoje em propostas na área fiscal, e dá destaque à preocupação de governos como o chileno, o mexicano e o peruano na tentativa de aumentar a sanidade das contas públicas. Apesar de necessárias, argumenta ele, as reformas fiscais geralmente têm efeito negativo no crescimento, na medida em que são feitas por meio de aumento de **impostos** ou por redução nos gastos, sacrificando o investimento.

Para ele, as ações que focam no saneamento das contas públicas são um passo importante, mas teriam de vir depois de reformas específicas para o crescimento, como medidas para aumentar a produtividade. "A falta de reformas para crescimento é surpreendente, porque essa seria a melhor estratégia agora.

A segunda seriam as reformas fiscais que, com sorte, serão feitas de forma inteligente, sem machucar muito o investimento público." **ELEIÇÕES.** No caso do Brasil, mesmo a possibilidade de aprovar reformas fiscais estaria prejudicada pelo momento político. Revilla avalia que o cenário para reformas é "próximo do impossível" em um ano eleitoral. Pior que isso, acredita que o apetite hoje é baixo para fazer as reformas necessárias para recuperar uma trajetória de endividamento de qualidade.

Segundo ele, o investidor estrangeiro observa as eleições brasileiras de perto. "A maior preocupação em relação ao Brasil é a situação fiscal.

Era o caso antes da pandemia.

Agora, é ainda mais urgente. Infelizmente, não vemos muito apetite para consolidação fiscal."

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Movimento tenta barrar legalização de jogos de azar

Karla Jaime

Apesar da resistência da oposição e de segmentos conservadores, a Câmara dos Deputados aprovou em dezembro regime de urgência para votação do Projeto de Lei 442/91, que propõe a legalização de todas as modalidades de jogos, como cassinos integrados em resorts, cassinos urbanos, jogo do bicho, apostas esportivas, bingos, jogos de habilidade e corridas de cavalos. O texto chegou a ser discutido em sessão plenária e deve ser votado em fevereiro, o que deflagrou ações do movimento Brasil Sem Azar (BSA) contrárias à aprovação.

O movimento foi fundado em 2016 com o objetivo barrar propostas para legalização dos jogos de azar que tramitavam no Senado (PL 186/2014) e na Câmara (PL 442/1991). Desde então, tem sido coordenado pelo advogado e administrador de empresas com pós graduação em gestão de negócios Roberto Lasserre, baiano que hoje mora em Fortaleza (CE) e esteve em Goiânia no dia 19 de janeiro para reunião com apoiadores da causa.

Atualmente, o BSA se mobiliza contra o relatório apresentado pelo deputado Felipe Carreras (PSB-PE), que deve ser votado após o recesso parlamentar. A discussão do texto, que aproveitou partes do substitutivo aprovado em 2016 pela comissão especial, segue aberta para que os parlamentares apresentem emendas e destaques. O projeto original, do deputado Renato Vianna (MDB-SC), é de 1991.

Na Câmara, a interlocução do BSA tem sido maior com as bancadas evangélica, católica e da segurança pública. Entre os goianos, já se manifestaram contra o projeto os deputados Vitor Hugo (PSL), Francisco Júnior (PSD) e João Campos (Republicanos).

No governo federal, o movimento contrário à legalização de jogos de azar tem respaldo da ministra Damarens Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos), que já disse que jogos de azar são coisa do diabo.

Lasserre enfatiza, porém, que como se trata de movimento suprapartidário, "busca apoio de todos os vieses ideológicos e político-partidários que, de forma consciente, se sentirem convencidos pelos argumentos técnicos que estão embasados em fatos, estudos e referendados por fontes confiáveis".

O coordenador do BSA faz críticas à urgência para votar o projeto e aponta falta de diálogo. "Nunca fomos procurados pelo relator ou quaisquer outros parlamentares que formaram o grupo de trabalho montado por Arthur Lira (PL-AL, presidente da Câmara) que só teve o objetivo de referendar o texto inicial do PL 442/91, tendo conseguido piorá-lo", afirma. "O relatório apresentado é ruim para o país", avalia.

Contestações

Segundo defensores do PL 442/91, a legalização dos jogos de azar no Brasil resultaria em mais de R\$ 22 bilhões em arrecadação de **impostos**. Estimativa contestada por Lasserre. "Esse número não se sustenta. Essa atividade não gera nova riqueza. Os R\$ 74 bilhões que poderão circular na indústria do jogo serão resultantes, tão somente, da transferência de gastos feitos em outros setores da nossa economia que já pagam **impostos** (restaurantes, cinemas, livrarias, teatro, etc.)."

Outro argumento do líder do BSA é o de que "nosso mercado interno será prejudicado em detrimento dos grandes conglomerados estrangeiros que administram a jogatina". Ele considera "falacioso" o incremento do turismo com a legalização de jogos de azar.

Também rebate o argumento de que acabaria o jogo ilegal. "Legalizar não implica na erradicação da atividade marginal. A Polícia Federal, a Procuradoria Geral da República e entidades ligadas à **Receita Federal** já se manifestaram no sentido de que a liberação da jogatina será uma porta escancarada para atividades ilegais como lavagem de dinheiro, evasão de receita, sonegação fiscal e corrupção de agentes públicos."

Chama atenção, ainda, para custos sociais da atividade em fiscalização e controle, segurança pública e saúde. "Há de falar no jogo compulsivo (ludopatia), doença já reconhecida pela OMS, cujas consequências são muito semelhantes à dependência química. A dependência do jogo leva o viciado a cometer outros crimes, potencializa as tentativas de suicídio e induz o desenvolvimento de outras compulsões como alcoolismo."

Defensores apontam aumento de emprego e arrecadação

Para a deputada goiana Magda Moffato, que atuou na comissão de turismo em defesa do Projeto de Lei 442/91, que propõe a legalização de jogos de azar no Brasil, os cassinos vão gerar emprego e renda no país, movimentando grande parte da economia.

"São jogos de sorte", define a deputada, que está otimista quanto à aprovação. "Quando chegou perto de ser votado (em dezembro), a maioria não teria restrição, seria favorável", observa. Também em dezembro, quando foi aprovada a urgência na votação do PL, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PL-AL), demonstrou apoiar o substitutivo apresentado pelo deputado Felipe Carreras (PSB-PE) e destacou a importância de discutir a legalização. Segundo ele. "todos nós sabemos" que há jogo no Brasil. "Mas tem que existir na clandestinidade, para continuar sem gerar empregos formais no Brasil, sem pagar mais ou menos R\$ 20 a R\$ 25 bilhões de **impostos** para o povo brasileiro?", questionou.

Na ocasião, o deputado Felipe Carreras (PSB-PE), relator do projeto, explicou que a ideia é criar um sistema nacional de jogos de a pasta. "Estamos pegando exemplos de segurança, confiabilidade e de jogo responsável no mundo para blindar tentativa de uso do jogo para lavagem de dinheiro e pelo crime organizado", disse. Afirmou ainda que será criado registro de jogadores para ajudar a identificar apostadores compulsivos. Nenhum jogador poderá participar de jogo ou aposta sem se cadastrar.

"O jogo está acontecendo, sobretudo no ambiente virtual. O Brasil não arrecada nada, não está gerando emprego e é urgente que o Parlamento e o poder público criem ferramentas para gerar oportunidades e emprego para o povo", criticou Carreras.

Antes apoiada pelo ministro Paulo Guedes (Economia) e também alvo de comentários favoráveis do presidente Jair Bolsonaro (PL), que já falou em transformar Angra dos Reis (RJ) na "Câncún brasileira", a liberação dos jogos de azar tende a ser barrada agora pelo governo.

Na busca pela reeleição, Bolsonaro indicou neste mês que deve ceder às pressões da bancada evangélica e de grupos conservadores no país, e vetar o projeto, caso seja aprovado pelo Congresso. A pauta conservadora de costumes deve ser mote de sua campanha.

Aliado do presidente, o deputado federal Vitor Hugo (PSL-GO), da bancada evangélica, disse ao POPUIAR ser contra a proposta. "Ainda não amadurecemos

formas de contornar os malefícios da liberação dos jogos, associados a atos ilícitos de diversas formas (lavagem de dinheiro, tráfico de drogas,...). Não é o melhor momento para se discutir o assunto, em função de termos outros muitos problemas mais prioritários a serem enfrentados (efeitos econômicos da pandemia, por exemplo)."

Site: <https://opopular.com.br/digital/31-janeiro-2022/1o-caderno>

Governo de olho em questões espinhosas

taísa medeirosBERNARDO LIMA*

O Congresso retoma as atividades nesta semana com assuntos problemáticos para o Palácio do Planalto, que podem causar desconforto na base governista e, com isso, respingar no Palácio do Planalto. Uma delas é o da legalização dos jogos de azar: de interesse direto do Centrão, a tramitação do projeto de lei deixou a bancada evangélica em pé de guerra. Jair Bolsonaro, logo que soube da manobra do comandante da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para que o PL tramitasse, anunciou que se for aprovado, vai vetá-lo. Ou seja: o presidente compra briga com os partidos que lhe dão sustentação ou com um grupo religioso que, se não é unanimemente governista no Parlamento, tem uma vasta parcela que o respalda.

Mas esse não é o único problema no horizonte do governo. Tem outro PL com potencial para tirar o sono de Bolsonaro, o que autoriza a privatização dos Correios. Para a equipe econômica, a aprovação é um ponto de honra, mas há setores no próprio governo - como os militares - que torcem o nariz. Além disso, trata-se de uma estatal a menos para o grupo político que apoia Bolsonaro controlar. Para piorar, funcionários dos Correios são visceralmente contra a privatização.

"A bancada da base do governo está firme. Temos mais dificuldades para votar propostas de emendas constitucionais (PECs), mas, para aprovar matérias de lei complementares e lei ordinárias, temos maioria com mais tranquilidade", garantiu o líder do governo, deputado Ricardo Barros (PP-PR).

Aliás, ele destaca que o presidente da Câmara vai prioridade à votação do PL dos jogos de azar. "Lira disse que vai votar a legalização dos jogos de azar, independentemente de acordo ou não", avisa.

Aceno aos eleitores

Mas nem tudo é problema para o governo, que também tem propostas que quer ver aprovadas para acenar aos eleitores. É o caso do PL 3.723/2019, que trata do Estatuto de Armas, que flexibiliza ainda mais as regras para que os CACs (caçadores, atiradores e colecionadores) obtenham armas e munições. Além disso, há a expectativa de que o Poder Executivo remeta uma PEC relacionada ao preço dos combustíveis - que em 2021 acumulou uma alta de 47,49% e vem pressionando a **inflação**.

Estamos na expectativa que o governo crie uma PEC para que a gente possa diminuir o preço dos combustíveis. Esse é nosso grande desafio", disse o vice-líder do PSD na Câmara, Darci de Matos (SC).

No Senado, onde o governo tem encontrado mais dificuldades para aprovar os textos que tem interesse, o líder do MDB, Eduardo Braga (AM), deixa subentendido que os obstáculos para o Palácio do Planalto continuam de pé. "A base do governo no Senado é muito fluida, mas, em alguns momentos, eles nos surpreendem. Temos que aguardar para ver como irão se recompor. Até agora, não tem líder do governo no Senado anunciado. Então, ainda está cedo para saber como vai ser o clima para aprovação de projetos do governo no Senado", alertou.

Atualmente, há na Câmara 145 PECs prontas para votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) - presidida pela deputada bolsonarista Bia Kicis (PSL-DF) - ou no plenário da Casa. No total, são 997 emendas constitucionais em tramitação.

*Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi

Preocupações para o Planalto

Projeto	O que versa	Onde será votado	Relator
PL 1.472/2021	Diretrizes de preços para diesel, gasolina e Gás Liquefeito de Petróleo/GLP	Senado	Senador Jean Paul Prates (PT-RN)
PL 3.723/2019	Estatuto das armas: flexibiliza regras para os CACs (Caçadores, Atiradores e Colecionadores)	Câmara dos deputados	Senador Marcos do Val (Podemos-ES)
PL 442/91	Legalização dos jogos de azar	Câmara dos deputados	Deputado Felipe Carreras (PSB-PE)
PL 591/2021	Autoriza a privatização dos Correios e atualiza o marco regulatório do Sistema Nacional de Serviços Postais (SNSP)	Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado	Senador Marcio Bittar (PSL-AC)



Analistas veem alta mais forte de juros

Rosana Hessel

O Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, fará a primeira reunião do ano amanhã e quarta-feira. O consenso entre analistas é de que a elevação de 1,5 ponto percentual, da taxa básica de juros sinalizada na última reunião de 2021, que levaria a Selic para 10,25%, está contratada. A expectativa, no entanto, é de que, ao longo do ano, será necessário um aperto monetário maior do que o esperado no fim de 2021, diante da persistência inflacionária e de um cenário externo mais desfavorável para os países emergentes, com desaceleração global e alta de juros nos países desenvolvidos.

Conforme as novas projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI), o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) global passará de 5,9%, em 2021, para 4,4%, em 2022. O organismo multilateral demonstrou preocupação com a alta da **inflação** global e dos juros e reduziu de 1,5% para 0,3% a estimativa de alta do **PIB** brasileiro neste ano, em linha com a mediana da estimativa do mercado, de 0,29%. Porém, vários bancos preveem queda de até 0,5% do **PIB** do Brasil, devido, justamente, à perspectiva de juros cada vez mais elevados para combater a **inflação**.

As estimativas para o custo de vida continuam em alta após a prévia da **inflação** de janeiro, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - 15 (IPCA-15), subir 0,58%, acima da taxa esperada pelo mercado, de 0,44%. Apesar da desaceleração em relação ao 0,78% de dezembro de 2021, analistas destacam que a carestia continua elevada e disseminada. Nesse cenário, as previsões para a Selic no fim deste ano - cuja mediana do boletim Focus está em 11,75% - estão com viés de alta, ultrapassando 12%.

Efeitos

Para a população, os custos dos juros mais altos são claros: crédito mais escasso e mais caro, o que contribuiu para o endividamento das famílias, que já está em nível recorde na série histórica do BC, iniciada em janeiro de 2005. Em outubro, as dívidas dos brasileiros comprometiam 51,2% da renda disponível, bem acima dos 30% recomendados pelos bancos para os padrões do Brasil, que tem juros bem acima da média global.

Especialistas reforçam que os efeitos da política monetária mais contracionista começaram a ser

sentidos na segunda metade de 2021 e podem se estender até 2023, pois o impacto de uma alta nos juros pode levar de seis a nove meses para bater na atividade. O **PIB** dos segundo e terceiro trimestre de 2021 foram negativos - o que caracteriza uma recessão técnica -, embora as variações ainda tenham sido baixas, de 0,2% e 0,1%, respectivamente.

O cenário externo não deverá contribuir positivamente para a economia brasileira. O conflito entre Rússia e Ucrânia está inflando os preços do barril do petróleo, que chegou a US\$ 90 na sexta-feira passada e caminha para os US\$ 100, pressionando ainda mais os preços dos combustíveis. E o fato de o Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) ter confirmado alta nas taxas de juros a partir de março contribuirá para a desvalorização das moedas dos mercados emergentes, reforçando pressões inflacionárias.

Analistas lembram, ainda, que a esperada decompressão dos preços das commodities no início deste ano não está ocorrendo, e, com isso, os custos no atacado não diminuem. O Índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M), acelerou de 0,87%, em dezembro, para 1,82%, em janeiro, conforme dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV) da semana passada.

"A **inflação** continua persistente e bastante disseminada na economia. O Banco Central vai ter um trabalho para conseguir cumprir a meta de **inflação** neste ano", alerta a economista Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências Consultoria. Ela mantém a previsão de alta de 1,5 ponto na Selic na reunião do Copom, mas admite que a previsão de 11,50% para março, que seria mantida até o fim do ano, está "com viés de alta" e deverá ser revisada em breve.

Incertezas

"Há algumas novidades no cenário, como o discurso mais duro do Fed, indicando, pelo menos, quatro altas de juros neste ano. É um quadro diferente e ruim para os países emergentes, principalmente para o Brasil, que vai atravessar um ano eleitoral, cheio de incertezas domésticas", explica.

Alessandra Ribeiro conta que deve revisar para cima a previsão de 4,6% para a **inflação** deste ano. "Nessa projeção, não estávamos prevendo novos aumentos na gasolina. Mas com a recente alta nos preços do petróleo e o conflito entre a Rússia e a Ucrânia, há o risco de os combustíveis pressionarem a **inflação** de

forma mais forte do que imaginávamos", afirma.

Marcos Ross, economista chefe do banco chinês Haitong no Brasil, diz que, depois da alta de 1,5 ponto na Selic em fevereiro, previa um aumento mais brando, de 0,75 ponto, em março. Mas diz que a previsão pode mudar.

"Há quatro desafios que se intensificaram nesse começo de ano: **inflação** mais alta que o esperado e mais disseminada; deterioração nas contas públicas por conta da PEC dos Combustíveis; ciclo de aperto monetário em outras economias um pouco mais cedo do que o mercado esperava; e aumento da desancoragem das expectativas de **inflação** para 2022", afirma. "Com base nisso, a probabilidade do Copom encerrar o ciclo de alta dos juros em março diminuiu." "Com juros elevados, em um ambiente de crescimento baixo e a economia andando de lado, o desemprego não cai, os riscos de crédito aumentam e vamos ver a inadimplência crescer", diz o economista Miguel Ribeiro de Oliveira, diretor-executivo da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac). "E, com a Selic cada vez mais alta, a Taxa Referencial (TR) atrelada a inúmeros financiamentos, principalmente o imobiliário, não está mais zerada e o valor das parcelas deve aumentar", alerta.

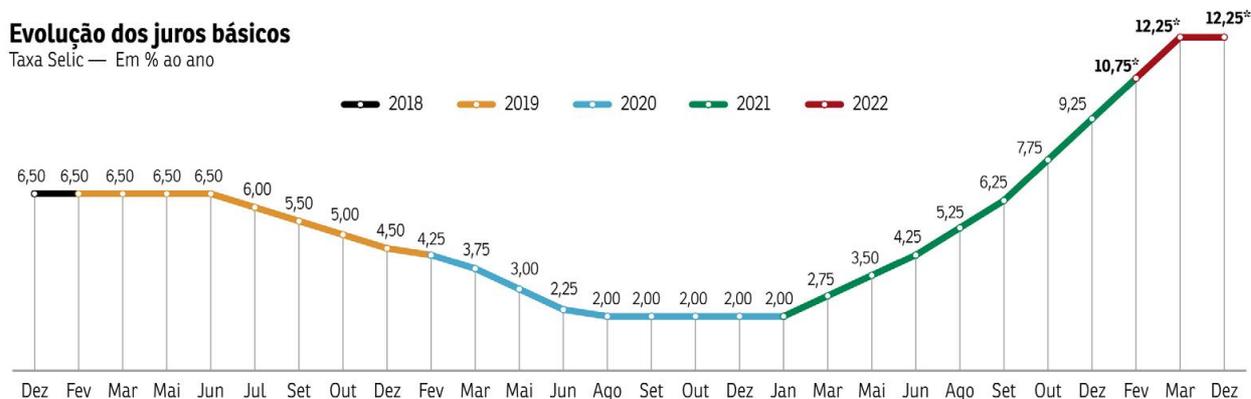
A economista Juliana Inhasz, professora e coordenadora da graduação em economia do Insper, reforça que a Selic em dois dígitos tende a elevar os custos de financiamento, principalmente, para quem pretende financiar a casa própria. "O custo efetivo total que, no fim do ano passado estava na casa de 7% a 8% ao ano, hoje, já está entre 9,5% e 10% e pode subir ainda mais. Parece pouco, mas 1,5% a 2% ao mês a mais para quem vai por 30 anos, não é um valor baixo e isso poderá desestimular bastante o mercado imobiliário daqui para frente", alerta.

Encruzilhada

Inflação tende a ser mais persistente em cenário incerto, com eleições polarizadas e preços do petróleo em alta, que será desafiador para o Banco Central cumprir a meta deste ano, comprometendo o crescimento

Evolução dos juros básicos

Taxa Selic — Em % ao ano



*Previsão da MB Associados

5% Teto da meta de inflação deste ano, abaixo das previsões do mercado, cuja mediana está em 5,15%

0,3% Nova previsão do FMI para o crescimento do PIB deste ano devido às previsões de altas nas taxas de juros, mais em linha com as estimativas do mercado

Impacto dos juros altos

O Copom inicia o ano dando continuidade ao ciclo de aperto monetário que tem como objetivo controlar a inflação, levando a taxa Selic de volta a dois dígitos, o que terá efeitos na economia e na vida do consumidor, como:



Os custos dos empréstimos já estão ficando mais caros com a alta da Selic



As empresas terão mais dificuldade para investir, porque, além do custo dos financiamentos aumentarem, inclusive para o capital de giro, a demanda deve cair por conta da inflação e dos juros mais altos



O crédito ficará mais escasso, porque os bancos serão mais seletivos para evitar o aumento da inadimplência



Como a inflação deve continuar elevada, a renda das famílias continuará encolhendo e o consumo tende a cair, logo, a economia deve desacelerar porque os empresários não vão investir



Quanto maior a taxa de juros, menor o crescimento do PIB, e, quando a economia não cresce, o desemprego aumenta

Piora nas expectativas

Previsões do mercado para os principais indicadores macroeconômicos continuam cada vez piores em meio ao aumento dos juros e das incertezas eleitorais e do cenário externo

IPCA

Em % ao ano



PIB

Variação anual — Em %



TAXA SELIC

Em % ao ano



CÂMBIO

Dólar em R\$



Fontes: Banco Central, MB Associados, FMI e analistas

O fôlego da "besta" (Editorial)

Correio Braziliense

Com a falta de cerimônia que tem caracterizado suas aparições em eventos, o destempero e a credibilidade afetada por sucessivas gafes em público, o ministro da Economia, Paulo Guedes, pintou a **inflação** alta como problema mundial e uma "besta fora de controle". No afã de eximir o governo da responsabilidade sobre os aumentos persistentes dos preços, Guedes deixa às claras o desconforto do Palácio do Planalto, em ano de eleições, com a frustração na economia capaz de influir na chance de o presidente Jair Bolsonaro se reeleger.

A aposta política tem risco elevado e gás curto diante da complexa combinação de fatores que pressionam o custo de vida. Não será uma PEC dos Combustíveis medida suficiente para reverter a insatisfação do consumidor com a alta persistente e que vai além da gasolina, diesel e etanol. E, menos ainda, sem a disposição dos governadores de se darem o luxo de perder receitas com o ICMS que incide sobre os preços desses produtos.

De outro lado, a PEC dos Precatórios, que representou a troca da âncora fiscal do teto de gastos públicos - instrumento que atrelaria o crescimento das despesas públicas à **inflação** -, pela ambição política, tem alimentado as projeções do IPCA entre os investidores, analistas de bancos e corretoras. Isso ocorre na contramão de uma busca responsável por deter os preços. O ambiente de incerteza e tensão constante na República desanima empresas, investidores e pessoas físicas a fazerem planos.

O presidente da República vestiu a camisa de candidato já empenhado em derrotar seus concorrentes expandindo despesas, propondo aumento de salários dos servidores da área da segurança que o apoiam - agora para 2023, pressionado que foi a suspender a reserva de recursos negociada com o Congresso para conceder o aumento já neste ano. Os desequilíbrios fiscais acabam levando à piora das expectativas sobre o desempenho do país e compõem a mistura de ingredientes perfeita para a desvalorização do real frente ao dólar. A moeda brasileira havia perdido 31% de seu valor no terceiro trimestre de 2021, de acordo com estudo da FGV.

De fato, a **inflação** preocupa vários países, mas o que o ministro Guedes tenta esconder é a posição desfavorável do Brasil. Segundo dados da Trading Economics, consultoria que processa e compara

indicadores econômicos de 196 nações, o Brasil enfrentou a terceira maior **inflação** acumulada em 2021, entre 11 emergentes. O IPCA, indicador oficial medido pelo IBGE, de 10,06%, só ficou atrás da evolução do custo de vida na Argentina (50,9%), e na Turquia (36,08%).

Na Zona do euro, a **inflação** também surpreendeu e, de acordo com o vice-presidente do Banco Central Europeu (BCE), Luis de Guindos, o aumento não será tão transitório. No entanto, a autoridade monetária está trabalhando para que o indicador fique abaixo da meta de 2% em 2023 e 2024. No Velho continente, há dificuldades na oferta de mercadorias e a energia também encareceu. Os mesmos bancos centrais da Europa e dos Estados Unidos, que, na visão do ministro Paulo Guedes, dormiram no ponto, devem calibrar os juros e estudar medidas, como o fim de programas de injeção de bilhões de euros na economia por meio da compra de títulos públicos.

Nos Estados Unidos, o aumento dos preços no ano passado representou a maior taxa em cerca de 40 anos, de 7%. Peça fraca no jogo, a consequência é que o Brasil será um daqueles países dos quais os investidores vão cobrar prêmios bem maiores para investir em papéis do governo e nas empresas. A tendência é de que os juros mais altos nos EUA e na Europa atraiam recursos para as economias desenvolvidas, e mais estáveis.

O presidente Joe Biden tem feito um discurso firme de combate à **inflação** nos EUA, agora em um cenário em que surgem boas notícias na redução do desemprego e elevação dos salários. Há preocupação declarada com o novo avanço do coronavírus, diferentemente do que ocorre no Brasil. É uma atitude de encarar o problema, e não de se mover por interesses de ocasião.

Saiba Mais Opinião Artigo: "Pandemia ainda segue imprevisível" Opinião Artigo: "Floresta amazônica ou Mata Atlântica" Opinião Artigo: "Minas é 13,6% do PIB automotivo" Opinião Ucrânia: a guerra em família e seus perigos

Passaporte de vacinação é adotado por vários países



Mayara Paixão

O passaporte vacinal, chamado de "coleira" pelo presidente Jair Bolsonaro, já foi adotado por líderes de diferentes matizes políticas ao redor do mundo como medida para frear a disseminação da Covid e incentivara adesão à campanha de imunização.

Os principais exemplos estão em países que possuem parcela robusta da população com esquema vacinal completo -normalmente, acima de 70%, índice elogiado por especialistas em saúde pública. É o caso de Portugal (90%), Chile (88%), França (76%), Itália (76%), Reino Unido (71%), Grécia (70%) e Israel (65,4%).

É verdade que a medida, invariavelmente, vem acompanhada de críticas. Paris tem assistido a protestos desde que o governo de Emmanuel Macron propôs, e o Legislativo aprovou, um novo passaporte vacinal para maiores de 16 anos. Mais de 2.000 se reuniram no sábado (29) em oposição ao que dizem considerar um atentado às liberdades.

A regra exige que o comprovante de vacinação seja apresentado em locais públicos, como restaurantes e bares, e entrou em vigor na última semana para, nas palavras de Macron, "irritar os não vacinados", que têm cometido uma "imensa falta moral".

Mas as manifestações nas ruas não significam que a

oposição à medida seja majoritária. Quando questionados sobre a exigência do passaporte vacinal em espaços de alimentação, 47% dos franceses disseram apoiá-la, e apenas 32% se opuseram, em pesquisa conduzida em setembro pelo instituto YouGov. No caso de grandes eventos públicos, os favoráveis eram 57%, e os contrários, 23%.

O mesmo levantamento revelou que a apresentação do comprovante de vacina como condicionante para acessar locais públicos desfruta de apoio substancial em toda a Europa. No Brasil, o cenário é semelhante: pesquisa Datafolha deste mês mostrou que 81% da população é a favor do passaporte vacinal para a entrada em locais fechados, como escritórios, bares, restaurantes e casas de shows.

Nova para algumas nações, a medida já tem história em outros locais. Israel foi um dos pioneiros em adotar o passaporte, em fevereiro de 2021. À época com 20% da população com as duas doses, o país buscou reabrir espaços comuns, como sinagogas, ao mesmo tempo em que pudesse reduzir os riscos de contágio.

Desde então, pequenas flexibilizações foram feitas. Com 65% da população vacinada e a quarta dose sendo aplicada, o comprovante é exigido em eventos com mais de 50 pessoas, restaurantes, academias e universidades. Mas uma nova frente de discussão foi aberta recentemente pelas autoridades de saúde.

Painel consultivo do Ministério da Saúde de Israel recomendou que o chamado Green Pass seja revisado, argumentando que a alta transmissibilidade da variante ômicron torna a medida insuficiente.

A política também é uma realidade em Portugal, que sustenta o posto de país mais vacinado do mundo. Quando a ômicron se tornou a variante predominante, levando à alta de casos e hospitalizações, o premiê António Costa anunciou medidas para incentivar o reforço da vacinação -44% já tomaram a terceira dose.

O passaporte foi retomado para acessar restaurantes, estabelecimentos turísticos e espetáculos culturais. Casos específicos, como visitas a asilos ou a pacientes internados, tornam necessária, ainda, a apresentação de um teste negativo, mesmo para completamente vacinados.

Não é preciso ir muito longe para encontrar exemplos da medida, já que um deles está na vizinhança do Brasil. País mais vacinado da América do Sul, o Chile adota o chamado passe de mobilidade, comprovante de imunização exigido em grande parte dos locais.

Desde 1º de janeiro, o governo local desabilita o passe dos maiores de 18 anos que não receberam a dose de reforço, disponibilizada seis meses após a segunda dose e hoje aplicada em 65,7% da população chilena. A atualização já foi adotada de forma semelhante pela União Européia.

O bloco europeu anunciou em dezembro que o passaporte de vacinação, que permite o trânsito de cidadãos entre os países-membros, terá validade de nove meses, começando a valer a partir da data em que o indivíduo recebeu a segunda dose ou a dose única. Para que seja renovado, será preciso tomar o reforço.

Um dos membros da UE, a Grécia também adota restrições aos não vacinados desde o segundo semestre do ano passado, a despeito de a retomada do turismo, setor que representa um quarto do **PIB** do país, ser uma das prioridades do governo. O setor foi duramente afetado pela pandemia: enquanto o país recebeu 34 milhões de visitantes em 2019, em 2020 essa cifra caiu para 7,4 milhões de pessoas.

A Itália é outro exemplo que reforçou as restrições. O governo excluiu a possibilidade de apresentar um teste negativo para a Covid ao acessar bares, restaurantes e o transporte público. Desde 10 de janeiro, somente a comprovação da vacina -com o certificado apelidado de "Super Green Pass"- é válida para entrar nesses espaços.

"A maioria dos problemas que estamos enfrentando hoje se deve ao fato de que existem pessoas não vacinadas, que têm muito mais probabilidade de desenvolver formas graves da doença e colocam os hospitais sob pressão", justificou o primeiro-ministro.

Também é verdade que esse tipo de política pressiona os governantes que a sustentam, e um exemplo está no Reino Unido. Quando a variante ômicron levou à explosão de casos e internações, o premiê Boris Johnson anunciou um pacote que previa o passe sanitário. O episódio gerou uma crise política, visto que membros do partido de Boris manifestaram repúdio ao endurecimento das regras.

O plano foi aprovado pelo Parlamento, mas durou pouco mais de um mês. Pressionado, desta vez devido à realização de uma série de eventos irregulares enquanto o país estava em confinamento, Boris se viu acuado por pedidos de renúncia e

derrubou a exigência do passaporte sanitário.

Nos Estados Unidos, a implementação do passaporte da vacina fica a critério das administrações estaduais e municipais. Em agosto, a cidade de Nova York se tomou a primeira a exigir o comprovante de vacinação para quem quiser frequentar bares, restaurantes e outros estabelecimentos comerciais. Enquanto isso, lideranças estaduais, especialmente republicanas, aprovaram leis que proíbem medidas do tipo.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49807&anchor=6449338&pd=13e9186802a35268fe9a763a8a627fd5>

Brasil piora mais do que o mundo (Editorial)

Num mundo que enfrenta novos problemas, os do Brasil parecem piores, pois produzem efeitos negativos mais acentuados.

O avanço da nova variante da covid-19 tornou mais débeis as condições para o crescimento da economia em 2022, que foi revisto para baixo pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Mas a redução das projeções para o desempenho da economia brasileira foi proporcionalmente mais acentuada do que para outros países emergentes.

Dificuldades no suprimento internacional de bens e alta dos preços da energia estão impulsionando a **inflação** em muitos países. Mas, também nesse caso, os resultados do Brasil estão sendo piores do que os da maioria dos demais países.

O novo cenário para a economia mundial mostrado pelo FMI na atualização dos dados da Perspectiva Econômica Mundial publicada em outubro do ano passado é reflexo das novas condições observadas no início de 2022. Elas são mais restritivas para a atividade da economia.

Para o crescimento da economia mundial em 2022, a projeção foi reduzida de 4,9% para 4,4%, corte de aproximadamente um décimo (redução de 10%). Para o Brasil, no entanto, a redução foi proporcionalmente mais acentuada, de 1,5% para apenas 0,3%. Isso significa um corte de 80% entre a projeção de outubro e a revisada, que está em consonância com a média das expectativas captadas semanalmente pelo Banco Central.

O fosso entre a economia brasileira e a mundial tende a continuar aumentando. Nas projeções para o próximo ano, o FMI elevou o crescimento da economia mundial de 3,6% para 3,8%. É sinal de que, para a maioria dos países, o quadro deve ser mais favorável do que aquele previsto em outubro de 2021. Já para a economia brasileira, a projeção foi reduzida, de 2,0% para 1,6%. No grupo das 26 principais economias mundiais, o Brasil ficará em penúltimo lugar em 2023, atrás apenas da África do Sul (projeção de alta de 1,4% de seu **PIB**). Se essas projeções se confirmarem, passada a pior fase da pandemia, o Brasil terá retomado o desempenho medíocre que apresentava antes dela.

Terão sido quatro anos sem avanço expressivo no campo econômico.

Também quanto à **inflação** o desempenho do Brasil é bem pior do que o do resto do mundo. Neste ano, a alta média dos preços deve ficar em 3,9% nos países ricos e em 5,9% em países emergentes. No Brasil, há projeções de que a **inflação** de 2022 pode ficar abaixo de 6%, embora ainda acima do limite de tolerância da política de metas do Banco Central. Será um feito louvável se esse índice for alcançado, pois no momento a **inflação** está acima de 10% em 12 meses.

Além dos problemas que preocupam outros países, o Brasil enfrenta vários de natureza interna, especialmente na esfera do poder público, que tem à frente uma pessoa despreparada para o cargo. Desequilíbrio fiscal que se acentua e pressões sobre a taxa do câmbio, com efeito sobre a **inflação**, são consequências de um governo incapaz de conduzir suas tarefas com competência.

E o desemprego segue altíssimo. O ano eleitoral não tornará o governo melhor, muito ao contrário.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Vale, Petrobras e bancos puxam interesse de investidores

Mercados por todo o mundo estão enfrentando a **inflação**, o que significa que os bancos centrais estão em processo de aperto monetário para tentar contê-la.

Quando os juros sobem, os investidores tendem a sair das chamadas ações de crescimento (com forte potencial imediato de alta) e buscar os papéis de valor (com preços hoje abaixo do que o próprio mercado considera justo, dada a perspectiva de lucro). A boa notícia, na avaliação de André Rosenblit, diretor da Santander Corretora, é que o Ibovespa está cheio de empresas de valor.

"(Os estrangeiros) olham a América do Sul, principalmente o Brasil, como o maior polo de commodities do mundo", afirma. "Vale, Petrobras e bancos em geral estão sendo muito demandados pelo estrangeiro", acrescenta ele, que entende que as empresas de commodities e de serviços financeiros estão sendo vistas como empresas de valor. E, juntas, elas representam 60% do Ibovespa.

O Brasil viu sua presença no portfólio de fundos direcionados à região diminuir de aproximadamente 30% para algo perto de 10%, segundo Victor Natal, estrategista de ações do Itaú BBA. No entanto, algumas mudanças recentes de fluxo foram notadas.

"A China vinha em uma tendência crescente até 2020 e, em 2021, deu uma caída. Isso demonstra as preocupações mais recentes com a economia chinesa", avalia Natal. "Outro emergente também vem passando por um momento de volatilidade, que é a Rússia, com esse conflito com a Ucrânia", acrescenta.

Janeiro é um mês costumeiramente mais líquido para mercados emergentes, com o estrangeiro aproveitando para fazer novas rodadas de investimento, segundo Rosenblit. Mas ele não acredita que isso deve se manter a ponto de, no fim do ano, o acumulado superar o saldo positivo de 2021. "Acho que talvez janeiro seja o melhor mês do ano. Diria que o número fique entre R\$ 50 bilhões e R\$ 60 bilhões positivo (no total de 2022)."

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Inflação sobre rodas

JULIA NOIA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>